

Um olhar sobre habitação na zona urbana e periférica de Bissau

Na realidade de considera-se fundamental ao falar de habitação ter em conta não só os problemas de alojamento mas também todos os outros problemas que tornam um local viável para habitar.

O alojamento urbano, tanto em Bissau como nos outros centros urbanos, ou considerados como

tal, é em 80% constituído por abarracamentos construídos sem quaisquer condições.

Num resumo rápido é este o panorama da habitação urbana na Guiné-Bissau; resta dizer ainda que o alojamento para além de, na generalidade mal equipado, precário e sobre ocupado é ainda por cima quase sempre mal adaptado às necessidades da vida urbana. Com efeito a Guiné-Bissau não possui ainda modelos de construção urbana minimamente adaptados, usando ou modelos rurais deficientemente transpostos ou modelos europeus cuja construção, manutenção e custos energéticos são incomportáveis para a economia nacional.

E não é possível também passar sem acentuar que neste momento 80% da população dos centros urbanos da Guiné-Bissau vive em situação favela. É evidente que isto tem a ver directamente com os meios de produção de habitação e com o total desenquadramento técnico e económico que as soluções que têm sido estudadas apresentam em relação aos modos de produção semi-clandestinos, semi-tradicionais que com eles competem.

Estudar, produzir e comercializar os materiais nacio-



Novo Aeroporto de Bissau

nais existentes: madeiras, colmo, pedra, cal, etc., regulamentando as suas características e melhorando quando possível as suas capacidades de durabilidade e resistência aos factores negativos e agressivos do clima e da fauna.

O Estado tem obrigação de definir uma política nacional de habitação, estabelecer metas a atingir no

curto e no médio prazo, a criar os esquemas necessários ao financiamento dos seus objectivos. Há portanto 2 instrumentos a criar: um Plano Nacional de Habitação e um Plano Nacional de Crédito à Habitação.

Manutenção e conservação - este item é efectivamente um problema nacional, não só do ponto de vista meramente económico senão também sob o aspecto social e cultural. Neste momento a falta de manutenção e conservação dos imóveis destinados à habitação reduz a duração média dos mesmos a 50% do que poderia ser se bem conservados e mantidos. Isto representa um prejuízo incalculável. As dificuldades de conservar e manter são evidentes e vão desde a agressividade do clima que obriga a um cuidado redobrado até às faltas de material, de mão de obra, ou de capacidade económica para proceder às obras necessárias; é porém necessário reconhecer que para além disto existem problemas culturais da população que é necessário ultrapassar e problemas de inoperância da gestão municipal ou dos comités de bairro que é necessário corrigir.

Domingos Fernandes Gomes, arquitecto
 Vice presidente do CIALP

Nós e as cheias 2000

O 8º Encontro CIALP de Maputo

Água, água e mais água: é assim que podemos descrever o cenário Sul e Centro de Moçambique.

Há água bastante para inundar cidades e vilas inteiras, até ao beirado das coberturas, deixando paradoxalmente de haver água para beber. Cerca de milhão e meio de pessoas foram afectadas e infelizmente os periclitados por afogamento contam-se às centenas.

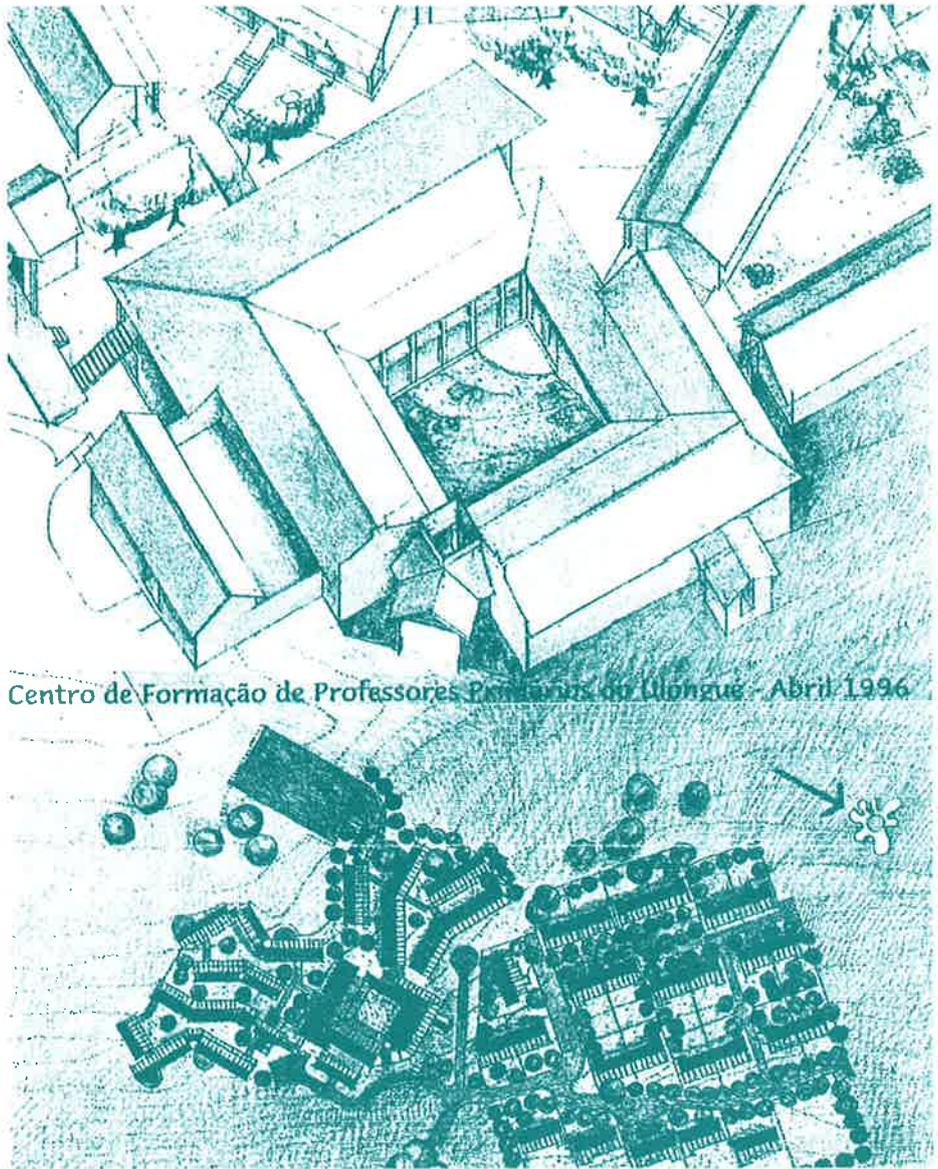
Não há helicópteros nem botes que cheguem para acudir as vítimas e deslocados. Os alimentos, medicamentos e agasalhos provenientes da solidariedade doméstica e internacional revelam-se insuficientes para tantas almas subitamente desprovidas de todos os seus bens.

Há lugares que se encontram submersos há cerca de três semanas; primeiro foi uma chuvada histórica, com cerca de 320 mm em apenas um dos três dias de precipitação. A seguir foram as comportas das barragens sobre os rios Umbeluzi, Incomati, Limpompo, Elefantes e Save que foram abertas nos países donde provêm e depois nas nossas próprias barragens. Como se não bastasse tanta desgraça, as mesmas áreas inundadas pelas cheias foram quase todas visitadas pelo ciclone tropical «Eline».

É neste cenário que construímos em gestos firmes e inequívocos a Associação dos Arquitectos de Moçambique ou simplesmente ARQUITRAVE.

Na sequência dos entendimentos da assembleia de arquitectos havida a 29/10/99 foi estabelecida uma comissão *ad-hoc* encarregue de compilar os estatutos da futura Associação.

Com base num projecto de estatutos engavetado desde 1996, numa das últimas tentativas de formalizar a Associação, bem como numa cópia dos estatutos da antiga Associação dos Arquitectos Portugueses, gentilmente cedida pelo colega José Silva Carvalho, logramos obter o texto final dos estatutos da ARQUITRAVE. Este texto foi aprovado em assembleia havida a 08/02/2000 onde ficou assente que se deveria finalizar a tramitação para a forma-



Centro de Formação de Professores Primários do Ulógué - Abril 1996

Arquitectos Mário Rosário e Miguel César, Centro de Formação de Professores Primários do Ulógué, in "Relatório dos Palop", nº. 4, Agosto/Outubro 1996, Lisboa.

lização da Associação até 25/02/2000. Nesta data haviam sido remetidos 35 certificados a membros fundadores. Considerando a extensão do país, oito vezes maior que Portugal, é um universo de cerca de 150 arquitectos.

A ARQUITRAVE é uma associação de carácter sócio-cultural, cujo vínculo não é obrigatório, embora pretenda a longo prazo ser representativa no seio da classe dos arquitectos.

À documentação segue a sua tramitação legal e a escritura pública será celebrada, eventualmente antes deste texto chegar às mãos dos prezados leitores, e teremos a associação a funcionar.

Está claramente acordado que a tarefa prioritária da comissão directiva da ARQUITRAVE será programar rapidamente o 8º. Encontro CIALP de Maputo, ainda no corrente ano.

Entre as preocupações com a organização deste evento estará indubitavelmente a escolha de um tema para o seminário que seja útil e pertinente.

Porque não discutimos?

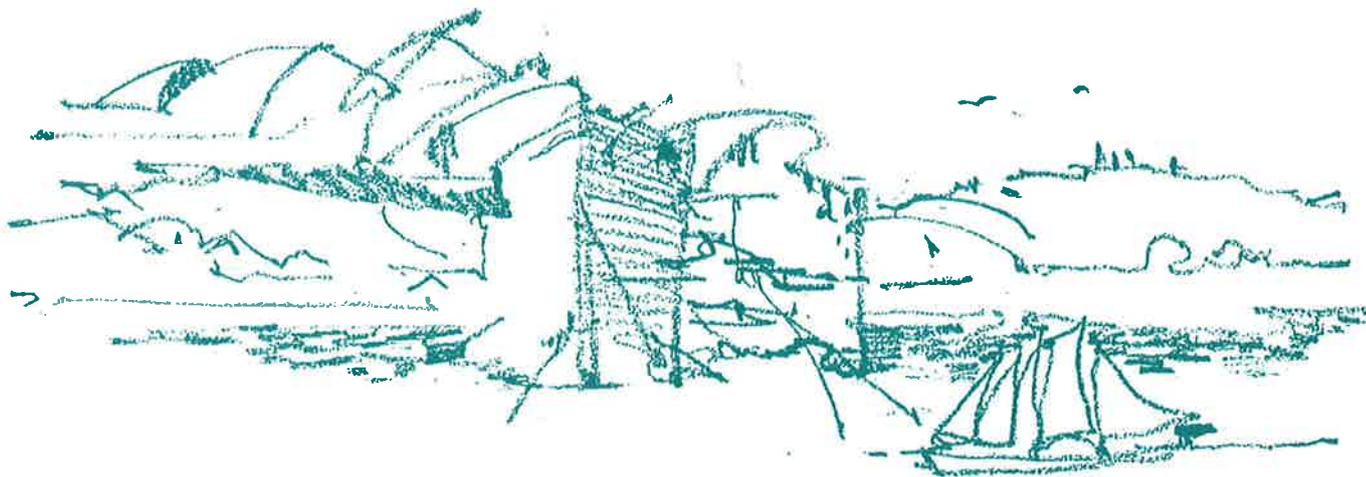
— Urbanização e calamidades naturais

— Arquitectura de realojamento de populações deslocadas

Pensem no assunto e até breve.

Jaime Comiche,
arquitecto (Moçambique)

A arquitectura e as cidades portuguesas (IIª parte)



Desenho do arquitecto Francisco Silva Dias, *Lisboa a sair do Tejo...*, in *Boletim de Lisboa/Urbanismo*, nº. 7, CML.

Na sequência da Iª parte, publicada no último número do Boletim CIALP, completa-se agora o texto da conferência feita pelo colega Alexandre Alves Costa em Macau, a convite da Ordem dos Arquitectos (Portugal), para o 7º. Encontro do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa, cujo seminário se subordinou ao tema «A Dinâmica Transcultural da Arquitectura».

Foram sobretudo as fortificações, feitorias e cidades amuralhadas que mais evidenciaram a influência da engenharia militar portuguesa e o seu cariz erudito, afirmando-se por imperativo da Conquista, da Descoberta ou da Colonização.

Os nossos engenheiros militares, que Benévolo chamou perversamente de agentes de terceira categoria de uma ideia nunca concretizada pelos seus criadores, são herdeiros de uma tradição que se objectiva na primazia da construção sobre a do projecto.

Talvez por se colocarem em compromisso permanente com a prática nunca a ultrapassam conceptualmente, mas realizam obra sem que qualquer imposição teórica perturbe

a sua experiência aproveitando-a, sim, para a sedimentar.

É neste sentido que venho questionando a utilização da “cidade ideal” como modelo, no seu sentido mais profundo, das nossas cidades, devendo antes dizer-se que aquele modelo formal confluiu com a nossa tradição, esvaziado do seu mais profundo significado e sem trazer alterações metodológicas profundas na forma de projectar: tal com a tratadística ordenou a composição, regrou as proporções, acarretou as ordens numa arquitectura profundamente anti-clássica nos seus fundamentos éticos e ideológicos.

Se Damão e Baçaim, na Índia, foram gizadas com uma evidente aproximação às “cidades ideais” do Renascimento, no Brasil, a acção foi mais superficial, espontânea ou pragmática, tendo a Coroa fixado a sua soberania, em termos de expressão urbana planificada, a partir, sobretudo, da fundação de Salvador em 1549, ficando célebre a metodologia ordenada ao Governador Tomé de Sousa e ao “mestre de obras” Luís Dias, determinando que o governador se conformasse com traças e amostras que levava.

Já no século seguinte, é exemplar a actuação do engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita ao fundar de novo, em 1616, S. Luís do Maranhão, devendo salientar-se, não só a regularidade do traçado como, aqui também, a preocupação expressa no “Regimento” de que a cidade fique

bem arruada e direita conforme a traça que lhe fica em poder”.

Esta escola de urbanismo português, oscilando entre os princípios teóricos e a praxis concreta da sua adaptabilidade ao terreno, pela acção dos engenheiros militares, conheceu novo alento com a criação da Aula de Fortificação em 1647, por D. João IV, que retoma institucionalmente a tradição do ensino da Arquitectura interrompida no período filipino. Figura determinante foi, então, Luís Serrão Pimentel com o seu “Método Lusitânico de Fortificar Praças Regulares e Irregulares”. Pimentel que não publica desenhos por inúteis na aplicação ao real sempre variado, revela uma consciência teórica nada inferior aos mestres italianos, franceses e holandeses que cita, sintetiza, segue ou abandona e supera.

Ao contrário dos espanhóis, os portugueses vinham equipados com menor número de normas e maior número de princípios.

De facto, as normas que vigoravam na Corte portuguesa, transmitidas pelos decretos régios de criação de cidades, eram muito simples e muito óbvias, o que permitia, por isso mesmo, uma certa maleabilidade.

Do século XVI ao século XVIII, encontra-se um formulário comum, de linguagem muito fixa, e onde se ordena que seja a Praça a primeira a demarcar, com o seu Pelourinho, Casa da Câmara e Cadeia e Igreja, e a partir dela se delinearão as ruas em linha recta. É, ainda, preocupação →

→ comum que as casas revistam sempre a mesma figura exterior, mesmo quando a população cresça para que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas.

Aqui estão os princípios essenciais do urbanismo da época moderna: linearidade, uniformidade e programa.

É, sobretudo, o surto de desenvolvimento do interior brasileiro que permite alinhar algumas notas tendências do urbanismo português dos séculos XVII e XVIII.

Poucas vezes estaremos em face de um sistema de quadrícula perfeita como na América Espanhola. É frequente a coexistência harmónica de quarteirões quadrangulares com quarteirões rectangulares. Em muitos casos, além de oito ruas que, normalmente se geram na Praça central, ela é servida, ainda, por uma outra que, cortando um dos seus lados, desemboca em frente da Igreja. Se em muitos casos a Igreja se encontra integrada num lote, também é vulgar ficar ladeada por ruas e portanto isolada como em S. João de Pamaíba. E, se é possível reconhecer o sistema tratadístico de praças pequenas de implantação periférica em Vila Nova de Portalegre, não é inédito o alinhamento de praças sucessivas em enfiamento perspéctico, uma maior com a igreja, outra menor com o Pelourinho como em Vila Nova do Prado ou Macapá.

Podemos, também, encontrar situações limite que favoreçam o aparente lugar comum do “sabor medieval” de muitas cidades brasileiras, quando se dá o total predomínio da prática sobre a teoria, abrindo caminho à diversificação e onde se podem instalar processos menos ortodoxamente cartesianos ou mais libertariamente organicistas, visualistas ou teatrais.

Por outras palavras, situações portadoras de um discurso espacial barroco, como a implantação isolada de uma igreja, entrevista como ponto de fuga e inserida no topo de conjuntos viários de sentido perspéctico, ou a sua colocação no cimo de um escadório enquadrado por fundos paisagísticos, geradores de situações visualmente dinâmicas, podem não significar necessariamente, antes pelo contrário, total ausência de planificação.

Ao passarmos para o século das luzes deparamos com a herança académica de Pimentel, em Manuel de Azevedo Fortes com o seu “Engen-

heiro Português” ou em Manuel da Maia com as suas várias traduções ou a sua acção intensa desde os tempos de D. Pedro II até à implementação da nova Lisboa de Pombal, não se devendo esquecer os inúmeros tratados manuscritos e anónimos que muito terão ajudado os oficiais praticantes do urbanismo.

Se nos reinados de D. Pedro II, D. João V e D. José, esta escola portuguesa não deixou de planificar novos centros urbanos no Novo Mundo, a grande oportunidade foi-lhe dada na própria metrópole pelo Terramoto de 1755.

Então o velho engenheiro-mór do Reino, Manuel da Maia, preside à reconstrução de Lisboa, com a naturalidade de quem cumpre simplesmente uma tarefa inerente ao seu cargo. Depois de dissertar sobre as diversas hipóteses de solução, afastada a utopia da construção de uma nova cidade em Belém, escolhe de entre os militares da sua confiança aqueles que poderiam concretizar, em equipa e sózinhos, seis programas diferentes com diferentes graus de correcção do tecido urbano da Baixa e onde estão patentes a prática, a competência e a celeridade de soluções que não se improvisam, mas onde é palpável, ao mesmo tempo, uma formação teórica e um adequado sentido programático.

O estudo da operação arquitectónica e urbanística pombalina de Lisboa, cujos ecos, no Porto, assumiram o carácter de um verdadeiro movimento anti-barroco, leva a integrá-la, claramente, na continuidade de uma tradição urbanística que se sedimenta a partir do século XVI por imperativo da Descoberta, da Conquista ou da Colonização.

Importante e significativa é a preocupação de Manuel da Maia pela uniformização da nova cidade ao sugerir que seja o mesmo arquitecto, Eugénio dos Santos, a fornecer o desenho dos edifícios para que cada rua conserve a mesma simetria de portas janelas e alturas, preocupação e linguagem que recordam as antigas Cartas Régias e portanto as normativas tradicionais da nossa velha escola de urbanismo.

Em dois campos, profundamente interligados, se referencia a permanência da cidade desaparecida: o da estrutura física do sistema urbano transformado e ordenado para uma nova hierarquia de relações e o da estrutura dos factos arquitectónicos,

esclarecido pelas relações entre tipologia e morfologia, legível nos antigos prédios de rendimento que fornecem as referências para a economia e conveniência que tanto importam ao pensamento prático e de instrução militar dos projectistas.

Por detrás da estrutura do projecto, o factor essencial foi a ligação com a realidade e o concreto. Também com a realidade pretendida.

Sensivelmente contemporâneas são, além de Vila Real de Santo António, várias cidades ultramarinas, bafejadas pelo dinamismo que a reconstrução de Lisboa veio proporcionar à engenharia portuguesa, mas continuadora da prática colonial anterior.

Sirvam de exemplo Nova Mazagão, projecto do capitão Inácio Moraes Sarmiento, Vila Bela da Santíssima trindade, no Mato Grosso e vários projectos alternativos para Goa.

A cidade portuguesa nasceu diversa, nas vicissitudes de um país a construir-se. Refez-se nos territórios ultramarinos, colhendo e sintetizando da diversidade das experiências de referência a sua complexidade. Do seu saber sedimentado nasceu com simplicidade o exemplo maior da cidade reconstruída de Lisboa que, como que em vaivém permanente, regressou aos territórios coloniais durante o século XVIII.

Concluindo:

Da experiência de construir, conhecidos os modelos, nasce o saber sem grande teoria de suporte e que se transmite empiricamente.

Afastado o modelo, procura-se, sobretudo, a eficácia, no caso a caso das circunstâncias.

Dessa capacidade de adaptação ao momento, sem grandes prisões de natureza formal ou estilística, nasce a variedade da arquitectura e das cidades portuguesas, a sua espontaneidade e o seu eclectismo que nunca lhe tiram um genérico carácter de família que nos permite a sua permanente identificação, da Índia ao Brasil, de Portugal a Angola, de Marrocos à China ou aos Açores. Parafraseando Fernando Pessoa que disse, a minha pátria é a minha língua, eu penso que poderemos com propriedade dizer que a nossa pátria também são a nossa arquitectura e as nossas cidades.

Daí o dever de as conhecermos e de as defendermos em comum.

Alexandre Alves Costa,
arquitecto (Portugal)

Luanda, agora e depois

Breve reflexão sobre a qualidade da construção

Consideramos que o conforto interior (térmico e acústico) na habitação em Luanda poderá servir de base de reflexão para a situação actual.

Resumir o conforto térmico “a uma árvore e uns ramos, onde o vento bate e está fresquinho” é de todo preocupante. A propósito de alguém se ter mostrado estupefacto, subestimando a preocupação do conforto higrotérmico para o caso de Luanda.

Luanda dos séculos XVII e XVIII, considerada a maior cidade ocidental ao sul do Saara até ao século passado, com regularidade de 27º C e 80% de humidade atmosférica na estação do calor, possui o parque habitacional continuamente mais velho e degradado por um lado, e por outro lado verifica-se o aparecimento de amostras de habitação com diferentes características. A manutenção, recuperação e reabilitação do existente, são uma parcela quase insignificante neste processo, para não dizer quase inexistente.

Os aspectos ligados ao conforto térmico merecem questionamento urgente.

A permanente crise do país, o aumento demográfico da cidade, a ausência de legislação actualizada, a incapacidade de materializar algumas orientações neste sentido, a fraca actuação dos técnicos especialistas da área, parecem contribuir fortemente para a existência deste panorama, mas não o podem justificar de todo.

Sabemos que os edifícios apresentam uma diversidade de possibilidades de interação positiva com o próprio clima. Os próprios edifícios podem oferecer condições ambientais interiores muito próximas das condições de conforto, não só pela sua localização



Alameda Van Dunen, em Luanda

e orientação, mas igualmente atendendo à sua concepção e construção versus características e tecnologias aplicadas.

Exemplo disso é o parque habitacional em Luanda apresentar significativas amostras em que as exigências funcionais da habitação - desde as exigências de segurança, exigências de habitabilidade (de saúde, de conforto) e exigências de economia se mostraram a seu tempo como linhas mestras na elaboração das referidas habitações.

Qual a situação destes elementos, considerados amostras vivas?

Quais as novas linhas de actuação e o que mostram as novas construções/habitações?

Em relação às chamadas amostras vivas, muitos destes elementos estão completamente transformados, chegando alguns deles a ser dificilmente identificáveis.

A imagem geral de Luanda apresenta hoje um quadro que ilustra exactamente esta situação: em inúmeros edifícios de habitação os rasgamentos, as aberturas originais, são deliberadamente anulados da sua função principal sendo fechados, tornando os para-

mentos verticais em paredes cegas, ou com o mínimo de aberturas possível.

É o exemplo de uma escola primária estatal, em que as grelhas de protecção solar e ventilação que eram o seu “leit motiv” se encontram todas tapadas; onde existiam os rasgamentos para a ventilação natural estão hoje massas de cimento.

A existência de alguns programas e projectos de habitação, que vão desde a habitação económica à habitação considerada de alta renda, tem possibilitado que diferentes agentes intervenham nesta área, introduzindo novas tecnologias, testando outras. E é também nestas novas iniciativas que se pretende a reflexão sobre a preocupação do construir com e para o clima, para que as amostras não resultem com um nível de habitabilidade sem classificação, em que o ambiente interno possibilite a realização de actividades sem a sensação de desconforto, tendo que recorrer unicamente ao equipamento artificial de refrigeração, como alternativa e quando possível.

Filomena do Espírito S. Carvalho,
arquitecta (Angola)

O palácio de dona Ana Joaquina

Aparecido no “Público” de 24 de Novembro, este artigo (do historiador angolano Carlos Pacheco, e do qual se publicam extractos) sobre o desaparecimento do “palácio de dona Ana Joaquina”, na cidade de Luanda, dá que pensar. E muitas ideias nos ocorrem à sua leitura. Mas, o facto em si, o destaque que lhe dá o jornal, através do comentário dum angolano, historiador, parece-me digno de alguma reflexão, no âmbito dos objectivos do CIALP.

José Freire da Silva, arquitecto

“(…) Fizeram o que parecia impensável: o velho e outrora majestoso sobradão - localizado no centro da cidade de Luanda - que toda a gente conhecia e admira-

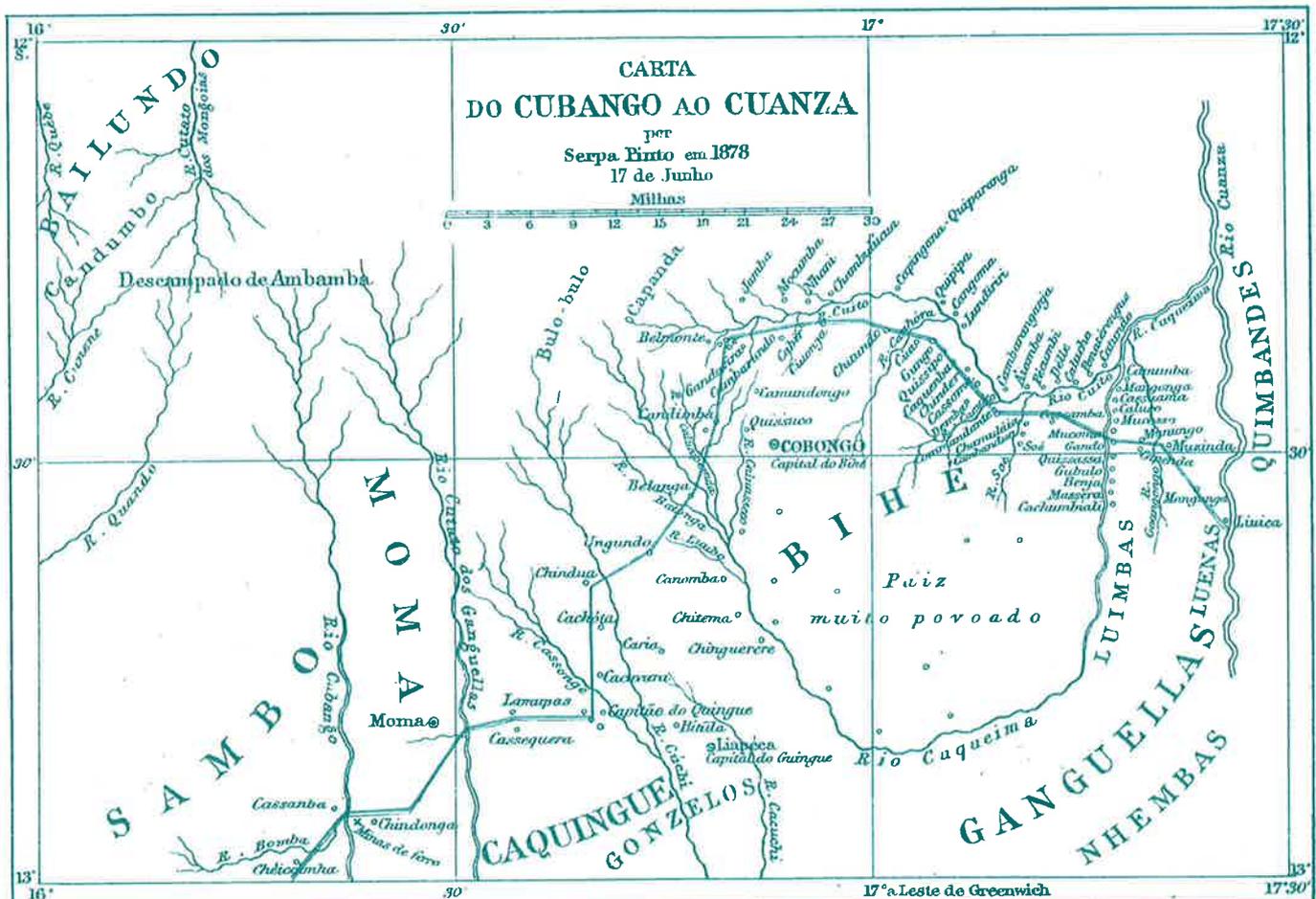
va pelo nome de “palácio de dona Ana Joaquina”, veio abaixo. Realmente, custa a acreditar. (...)

(...) grande jóia arquitectónica do século XVIII, a única que restava na capital e em todo o país e que fazia as delícias dos estudiosos, dos velhos amantes da cidade e também dos estrangeiros, que perscrutavam na fachada e no porte altaneiro dessa casa nobre os sinais de uma época de ouro. Época que se reporta a Setecentos e à 1ª metade do século XIX e durante a qual as aristocracias angolanas do litoral foram efectivamente poderosas. Dona Ana Joaquina dos Santos Silva (1788-1859), mulata de Luanda, bisneta por linha paterna de uma negra forra, rica negociante e armadora, cujos navios singraram por todos os mares do mundo, foi a proprietária desse palácio desde 1824 até à sua morte. Ninguém melhor do que ela como expoente dessa notável elite económica angolense, que sempre ri-

valizou com a metrópole colonizadora na afirmação dos seus próprios interesses, espécie de nacionalismo “avantela lettre”. (...)

(...) Duas companhias petrolíferas - a Chevron e a ELF - procuraram ambas nos anos 80, em momentos diferentes, sensibilizar o Governo de Angola a permitir que fossem elas a financiar o restauro do palácio. (...) Mais tarde a UNESCO interessou-se igualmente pelo projecto de recuperação. Mandou a Luanda um perito, que efectuou estudos e levantamentos, até da própria história do palácio. Estas diligências, entretanto, fracassaram. Dir-se-ia que se preparava já, a prazo, a morte do edifício.

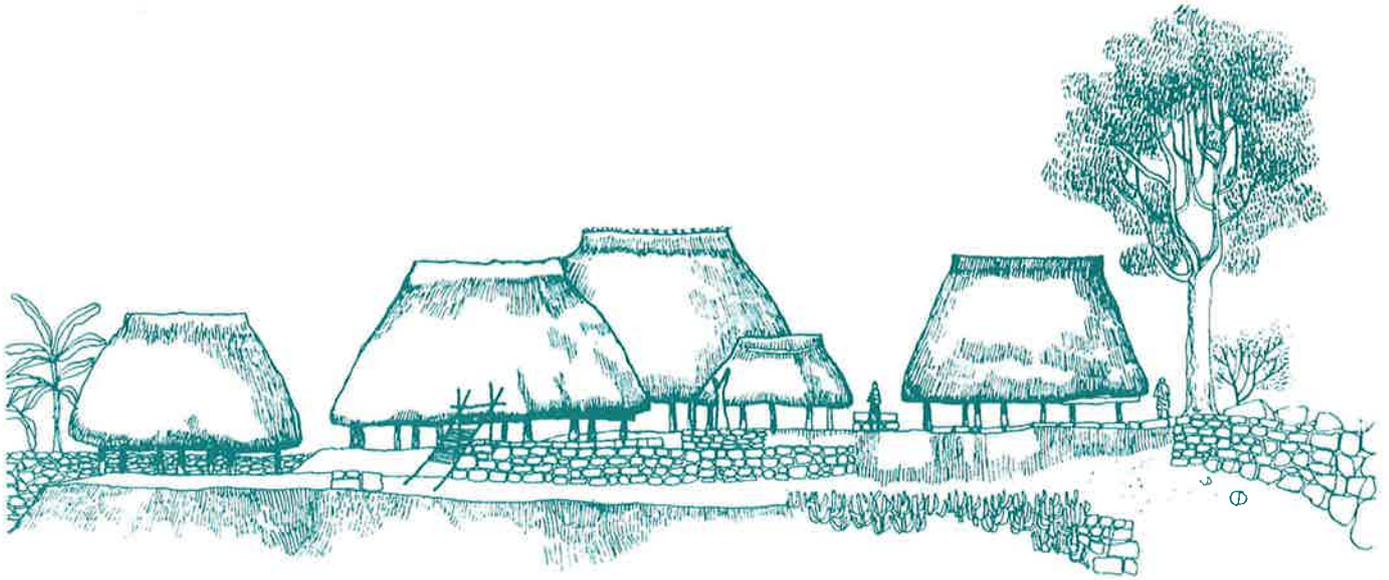
(...) Ao Presidente da República, enquanto chefe do executivo, compete tomar medidas drásticas para se apurarem os responsáveis por tamanho crime. O país sente-se cansado de tanta impunidade.”



Carta do Cubango ao Cuanza, in Serpa Pinto - Como eu atravessei África..., vol. primeiro, Sampson Low, Marston, Searle e Rivington Editores, Londres, 1881.

Preparação das Conferências de Quadros dos partidos políticos em Timor Leste

Criação do Museu Crime da Guerra



Povoação de Loro-Bá, na região de Bobonaro, in Ruy Cinatti, Leopoldo de Almeida e Sousa Mendes - Arquitectura Timorense, IICT/Museu de Etnologia, Lisboa, 1987

A luta de libertação da nação não é tão difícil como uma luta de libertação de uma população saída de uma condição de sub-desenvolvimento e dependência. Esta é uma preocupação dos líderes dos partidos políticos e tornou-se fundamental na preparação dos quadros, designadamente dos arquitectos timorenses. O motor para dinamizar uma estrutura política, técnica, económica, assim como noutras áreas como o desenvolvimento social, favorecerá um sistema democrático de economia aberta e desenvolvimento subcontrolado.

Timor no seu processo de resistência na luta ao longo de 25 anos, baseada num sistema que embora não organizado, está cheio de espírito de nacionalismo e de espontaneidade. Com esta oportunidade tentar-se-á juntar e enquadrar esta vontade

espontânea de uma forma institucionalmente bem estruturada e avançar com a preparação mais activa e intensiva dos quadros durante a transição.

Na sua consciência política da situação, foram criadas condições psicológicas e de crise nas políticas actuais, provocando também uma crise de liderança muito forte nos partidos políticos. Isto tem implicações e consequências políticas mais sérias, não entendendo às vezes os simpatizantes e as massas populares o que era referido, mas queriam saber quem as promovia.

A preparação dos quadros políticos ou partidários tem a ver fundamentalmente com o futuro institucional da Nação, estruturado para alcançar uma estabilidade democrática e um desenvolvimento nacional.

A conferência vai realizar-se nos dias 15 a 20 de Maio de

2000 em Díli e vai incluir todos os quadros timorenses aos mais variados níveis. A preocupação que levou a esta acção enquadra-se numa perspectiva política de acelerar uma reestruturação e uma consolidação interna, para além da elaboração de programas de acção. Também porque esta perspectiva política avançada, é consequência da história da resistência na luta da libertação de Timor Leste, que ideologicamente defendeu sempre esta opção, tendo portanto responsabilidade moral nesta situação. Não é só a libertação do país, mas ainda uma luta mais profunda, é o acompanhamento do povo até ganhar a sua libertação total. Durante a resistência criaram-se tantas segmentações políticas que traumatizaram as populações o que não favorece a sua participação na política colectiva. →

→ Mas tudo o que aconteceu ficará documentado e salvaguardado num Museu representativo e monumental que podemos criar em Timor Leste com o nome de MUSEU CRIME DA GUERRA. Considerado um museu histórico, um museu nacional, terá relevância na situação actual e mostrará a política macabra e de terra queimada da destruição de Timor Leste pós-referendo que as tropas indonésias e as milícias cometeram.

Têm também os arquitectos na concretização deste museu um importante papel. O conhecimen-

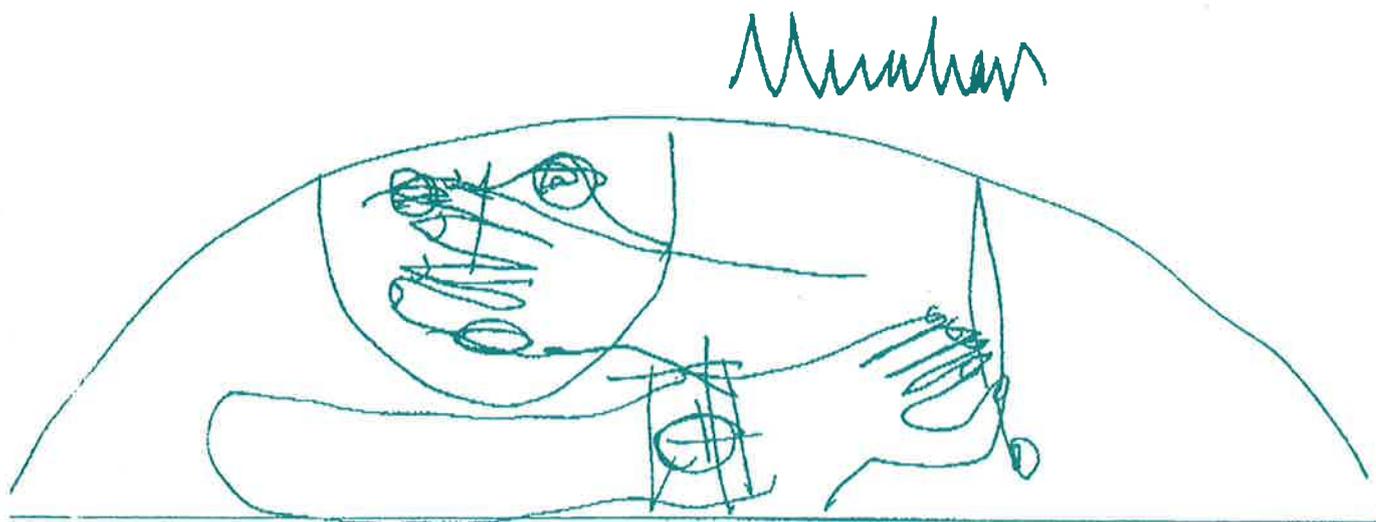
to da história com uma boa documentação oferecida pelo museu, constituirá uma memória para as gerações futuras, para lhes mostrar que a independência de Timor Leste não foi fácil, nem foi oferecida pela Indonésia, nem pelo mundo internacional incluindo Portugal.

O que é principal é a necessidade de que esta conferência de quadros restructure programas, tomando decisões rápidas sobre a sua implementação, e apoie a preparação dos quadros dada a necessidade da substituição das estruturas técnicas médias e su-

periores da Nação. Esta melhor preparação dos quadros atingirá também os arquitectos, que a par dos outros técnicos ligados ao planeamento e à construção irá ajudar ao melhor desenvolvimento futuro do país. Irá igualmente contribuir para a consciência da necessidade da criação das associações técnicas profissionais, designadamente de arquitectos, que de uma forma organizada apoiem este desenvolvimento.

Bom sucesso para esta Conferência.

César Vital Moreira,
arquitecto (Timor Leste)



auto-retrato, desenho de Abrahão Sanovicz

Abrahão Sanovicz, a força brasileira

— a homenagem devida —

Morreu já no passado ano de 1999 o Colega e Amigo Abrahão Sanovicz. Projectista, professor, conferencista, entusiasta deste projecto colectivo que é o Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa. Apoiou desde os primeiros tempos a sua formação, participando em diversos Encontros com a sua presen-

ça e noutros com comunicações feitas para o efeito.

Conversador nato, foi igualmente colaborador do Boletim CIALP com um muito interessante artigo sobre Lúcio Costa intitulado, "Dr. Lúcio - Património Universal", saído no nº. 18 de Maio de 1998.

A ele também é aplicável o conteúdo do último período desse seu artigo: "A luta do mestre sempre foi colocar os dados no seu devido lugar. Sua biografia nos lembra isso. Não se agradece por estas lições, se as usa por toda a existência".

José Silva Carvalho, arquitecto
Presidente do CIALP